

A ESCRITA DA HISTÓRIA NO BRASIL OITOCENTISTA: O LUGAR DA PROVÍNCIA DO CEARÁ

*Leandro Maciel Silva*¹

No início do século XIX a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro vice-reinados, quatro capitanias-gerais e 13 audiências, que no meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitanias-gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam, já em 1825, vencida a Confederação do Equador, um único país independente.²

Em se tratando da formação do estado nacional brasileiro no século XIX, a citação de José Murilo de Carvalho é quase obrigatória. Suas inquietações com relação à unidade política do Estado brasileiro em detrimento da fragmentação das ex-colônias espanholas na América servem, em grande medida, para as reflexões desde trabalho. A pergunta não poderia ser outra: por que o Brasil se constituiu em um só país enquanto a colônia espanhola se fragmentou em diversos países? Para além da comparação e em outras palavras: como se deu a unidade do Estado brasileiro?

Essa diferença entre as antigas colônias está concentrada em dois pontos, como nos indica José Murilo de Carvalho. O primeiro, diz respeito a unidade política de um caso, com a fragmentação do outro. O segundo, refere-se ao tipo de sistema político implementado. Em *A Construção da Ordem* José Murilo refuta os estudos realizados até então para explicar essa diferença entre as ex-colônias. Com isso, rejeita as explicações de ordem administrativa, embora reconheça as grandes diferenças entre os estilos coloniais português e espanhol. O autor defende que esse fator não é suficiente para justificar o resultado, mesmo sendo mais aparente a centralidade na administração portuguesa. Ele expõe a fragilidade dessa administração analisando os conflitos de autoridade entre o vice-rei e os capitães-gerais. A administração, composta por vice-reis e capitães gerais, não sustentaria por si só a unidade da colônia portuguesa, por causa das disputas de interesses nessa administração.

Outra explicação questionada por José Murilo é de natureza política. Apontava-se que a presença da Corte na transição da Colônia para o Império teria tornado possível a solução monárquica no Brasil e a consequência imediata teria sido a unidade do país e um governo relativamente estável. Apesar de reconhecer a importância dessa questão, José Murilo defende que a “independência viria com ou

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Capes-DS. E-Mail: <leandro.macielsil@gmail.com>.

² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial/ Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13.

sem rei e a monarquia. O fato de ter vindo com ambos deveu-se fundamentalmente a uma opção política entre outras alternativas possíveis”³.

Duas outras explicações analisadas pelo autor são de natureza social e econômica. A primeira defende que “o declínio do ciclo mineratório nas colônias espanholas ainda no século XVII e o refluxo para a agricultura teriam levado ao maior isolamento dos vários centros coloniais, ao passo que o surto mineratório brasileiro, vindo mais tarde, teria proporcionado maior integração”⁴. Entretanto, mesmo reconhecendo a grande capacidade de criação de laços econômicos do ciclo do ouro, José Murilo aponta que essa atividade começara a declinar também na América portuguesa na segunda metade do século XVIII, podendo-se verificar o mesmo refluxo para a agricultura.

A segunda explicação de natureza social e econômica refere-se à escravidão. Diz-se que a centralidade favorecia a manutenção da escravidão, que teria a capacidade de conter as iniciativas abolicionistas nas províncias e evitaria, para o caso da fragmentação, possíveis revoltas escravas pela diferença que se daria entre países escravistas e não-escravistas. Para esse caso, José Murilo avalia:

*O argumento é plausível, mas pede qualificações. A primeira é que a fragmentação em si poderia também fortalecer a escravidão nas províncias em que elas tivessem mais peso econômico. O medo não era da fragmentação em si, mas da guerra civil [como no caso da revolta dos escravizados na colônia francesa de Santo Domingo – Haiti]. A segunda é que a aspiração de manter unida a ex-colônia para se construir no Brasil um poderoso império antecedia a preocupação com a preservação da escravidão, já vinha de antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro.*⁵

Essas análises serviram de ponto de partida para que José Murilo de Carvalho lançasse mão de sua tese sobre a unidade na formação do Estado brasileiro. Suas proposições estão organizadas em *A Construção da Ordem e o Teatro de Sombras*. Em *A Construção da Ordem*, o autor esteve mais interessado em perceber a composição do Estado brasileiro, analisando a elite política imperial. No *Teatro das Sombras*, o interesse foi de perceber a própria política imperial e seus mecanismos de funcionamento.

A tese de José Murilo de Carvalho é que “a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa”⁶. A unidade do caso brasileiro deveu-se, portanto, ao tipo de elite política. Essa elite, segundo o autor, “caracterizava-se sobretudo pela homogeneidade ideológica e de

³ CARVALHO, *A Construção da Ordem...*, p. 15.

⁴ CARVALHO, *A Construção da Ordem...*, p. 15.

⁵ CARVALHO, *A Construção da Ordem...*, p. 19.

⁶ CARVALHO, *A Construção da Ordem...*, p. 21.

treinamento”.

Outros trabalhos dão conta da formação do Estado brasileiro, oferecendo-nos interpretações, por vezes complementares, mas em outros casos completamente divergentes. Para citar alguns dos trabalhos mais notáveis sobre o século XIX e a formação do Estado Nacional brasileiro, cito os trabalhos *O Minotauro imperial*, de Fernando Uricoechea⁷, que analisa a formação do Estado através de sua burocratização, e também da criação, em 1831, da Guarda Nacional – o minotauro imperial, para o autor. Outro trabalho que merece referência em se tratando da formação do Estado imperial é *O tempo Saquarema*, de Ilmar de Mattos⁸. Nesse trabalho, o autor defende que existiu no Brasil uma elite conservadora dirigente que teria marcado a centralização do Estado imperial, os Saquaremas. Essa elite teria conseguido neutralizar as ações políticas de grupos progressistas, os Luzias (liberais), e impedindo insurreições populares. Entretanto, a tese de Miriam Dolhnikoff⁹ se contrapõe à efetividade do “projeto centralizador” apontado por Ilmar Mattos. A autora defende que teria existido um pacto federalista, fruto de uma negociação entre o governo central e as províncias, de suma importância para a constituição do Estado imperial brasileiro. O pacto imperial, o qual defende Dolhnikoff, manteve a “unidade” junto à “autonomia”. Foi “um arranjo institucional adotado como estratégia de construção do Estado, cuja principal característica é a participação e a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central) definidos constitucionalmente”¹⁰. Esse arranjo seria o federalismo. Assim, o federalismo teria contribuído à unidade, não o projeto centralizador de uma elite dirigente, como defende Ilmar Mattos.

Temos, portanto, teses complementares e antagônicas. Divergem mais diretamente as teses de Ilmar Mattos e Miriam Dolhnikoff. No entanto, nas suas defesas contém um elemento de grande valia para este trabalho, qual seja, projetos de Estado e a disputa de interesses entre as províncias e o governo central.

Dado a intensidade em que esse assunto foi tratado nas casas legislativas do Império entre as décadas 1820 e 1850 – segundo Ilmar Mattos e Miriam Dolhnikoff –, podemos supor que esse assunto estava difundido pelos diversos setores vinculados ao governo imperial. Não se tem um trabalho voltado para perceber essas tensões no interior de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, cuja função foi marcadamente colaborar com o projeto político do Segundo Reinado. No entanto, pela difusão e intensidade dessa questão à época, e pela vinculação política dos intelectuais que compunham o IHGB, podemos inferir que em maior ou menor grau essas tensões influenciaram o interesse sobre o lugar das histórias provinciais na escrita da história nacional no século XIX. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães¹¹, a história regional foi um dos três temas mais tratados

⁷ URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

¹⁰ DOLHNIKOFF, Miriam. “Elites regionais e a construção do Estado Nacional”. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: a formação do Estado e da Nação (c. 1770-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 433.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma

na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – RIHGB.

O objetivo do presente artigo é perceber como as histórias provinciais foram pensadas e tratadas por alguns dos pronunciamentos mais importantes do IHGB com relação à escrita da história nacional no século XIX¹². Os documentos analisados serão: “Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, de Januário da Cunha Barbosa, publicado na *RIHGB* em 1839¹³; a monografia “Como se deve escrever a história do Brasil”, de Karl Friederich Phillippe von Martius, escrita em 1843 e publicada na *RIHGB* em 1845¹⁴; e a “Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, de Raimundo José da Cunha Matos, escrita em 1838 e publicada na *RIHGB* em 1863¹⁵. Pretendo também apresentar um projeto de escrita da história provincial subjugado ao IHGB, que concedeu o posto de sócio ao seu autor, o cearense Tristão de Alencar Araripe. A obra chama-se *História da Província do Ceará – desde os tempos primitivos até 1850*, publicada em 1867¹⁶.

O IHGB e Escrita da História Nacional

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um dos principais órgãos do Estado brasileiro do século XIX e a sua função foi promover os estudos sobre os aspectos históricos e geográficos do Brasil¹⁷.

A História nacional do Brasil pretendida pelo IHGB teria de se fazer em consonância com a ordem emergente do Estado brasileiro, ou seja, de acordo como o projeto imperial a partir de 1840, que tinha como figura central D. Pedro II. O Instituto contribuiria decisivamente para legitimar esse projeto imperial, colaborando para a centralidade e para o ideal nacional. O Brasil estava se consolidando como Estado, mas precisava se forjar também como Nação. Uma das

história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 1, n. 1, 1998, p. 05-27.

¹² O critério de escolha se deu pela ordem de importância dos pronunciamentos, dois deles feitos pelos sócios fundadores do IHGB, Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Matos, e por Martius, ganhador do concurso como se deve escrever a história do Brasil. São documentos importantíssimos porque representam as posturas divergentes dentro do IHGB.

¹³ BARBOSA, Januario da Cunha. “Discurso”. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, IHGB, tomo 1, n. 1, 1839, p. 09-17.

¹⁴ MARTIUS, Karl Friederich Phillippe von. “Como se deve escrever a historia do Brasil”. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Brasileiro*, Rio de Janeiro, IHGB, tomo 6, n. 24, jan. 1845, p. 381-403.

¹⁵ MATTOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, IHGB, tomo XXVI, 1863, p. 121-143.

¹⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850*. 2. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958 [1867].

¹⁷ A leitura de autores como Manoel Luiz Salgado Guimarães e Lúcia Maria Paschoal Guimarães, bem como a de Astor Antonio Diehl são imprescindíveis para o desenvolvimento desse tópico, que pretende entender quais as ações empreendidas pelo IHGB para o fomento de uma escrita da história nacional. DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira* (do IHGB aos anos 1930). Passo Fundo: Ediupf, 1998; GUIMARÃES, “Nação e civilização...”; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, IHGB, ano 156, n. 388, jul./ set. 1995, p. 459-613.

características do Instituto foi a de promover a identidade nacional, o sentimento de amor à pátria, utilizando a História para tal fim. O Estado brasileiro precisava de uma história, de um passado representado que colaborasse com os seus projetos de governo, requisito necessário para todas as nações – a história como a biografia da nação, como afirmou Furet¹⁸.

No discurso de fundação do IHGB¹⁹, proferido em 1838, Januário da Cunha Barbosa estabelece quais os objetivos do Instituto e a sua relação com a história do Brasil²⁰.

*Eis o motivo, senhores, porque dois membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e também sócios do Instituto Histórico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos literatos, se animarão a propor a fundação de um instituto histórico e geográfico brasileiro, que, sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil, espalhados por suas províncias, e por isso mesmo difíceis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história.*²¹

[...] Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assinalar, com a possível exatidão, o assento de suas cidades e vilas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras, e a capacidade de seus inumeráveis portos. Esta tarefa, em nossas circunstâncias, bem superior as forças de um só homem ainda o mais empreendedor, torna-se há fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros, esclarecidos das províncias do império, que, atraídos ao nosso instituto pela gloria nacional, que é o nosso timbre, trarão a depósito comum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma história geral e filosófica do Brasil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e quando os que se reúnem em tão nobre associação aparecem possuídos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconizar um honroso sucesso à fundação do nosso instituto histórico e

¹⁸ FURET, François. *A oficina da História*. Tradução de Felipe Jarro. Revisão da tradução de Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1967.

¹⁹ BARBOSA, “Discurso”, p. 09-17.

²⁰ O intuito das citações é destacar as menções sobre as histórias regionais (provinciais) bem como de seus letrados.

²¹ Grifos meus. BARBOSA, “Discurso”, p. 09.

geográfico.²²

*[...] A empresa de alguns dos nossos escritores, que tem escrito sobre as cousas da pátria, não será perdida para o nosso Instituto. Desse cabedal, dificilmente reunido nas províncias pelos incansáveis e distintos literatos Berredo, Rocha Pitta, bispo Azevedo, Monselhor Pisarro, Frei Gaspar, Durão, visconde de Cairú e de S. Leopoldo, conselheiro Balthasar Lisboa, Rebello, Ayres do Casal, L. Gonçalves dos Santos, Accioli, Bellegarde e outros muitos, se formará no nosso Instituto o corpo da historia geral brasileira, encendrado pela filosofia de seus membros, e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus factos, afim de serem dignamente compreendidos.*²³

Nos grifos acima, destaco três aspectos importantes: o primeiro diz respeito ao recolhimento dos elementos da geografia e da história espalhados pelas províncias, “e por isso mesmo difíceis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história [a história nacional]”. O segundo aspecto chama atenção para o trabalho conjunto de vários profissionais das províncias que colaborariam para “*uma história geral e filosófica do Brasil*”, levando em consideração a dificuldade desse trabalho por um só homem. O terceiro aspecto é do aproveitamento dos trabalhos já realizados por escritores que se detiveram em escrever sobre questões vinculadas às províncias, como também de outros autores que estivessem próximos ao projeto de história nacional pretendido pelo Instituto e pudessem colaborar.

Temos nessas passagens, os primeiros elementos para pensar numa abertura do Instituto para os elementos de histórias provinciais que colaborassem para a história geral do Brasil. Nela, haveria espaço para as histórias das províncias e da colaboração de literatos que se interessaram ou que se interessassem por essas histórias.

Passemos agora para a monografia “Como se deve escrever a história do Brasil”, de Karl Friederich Phillipe von Martius, escrita em 1843 e publicada na RIHGB em 1845²⁴. Esse trabalho foi ganhador do concurso lançado pelo IHGB, que pretendia lançar as bases para a escrita da história nacional. Participaram do concurso apenas dois estudiosos: o naturalista alemão Karl F. P. von Martius e Júlio de Wallenstein. O projeto de Wallenstein não representou a novidade pretendida pelo Instituto, propondo o estudo da história do Brasil por décadas. Martius, por sua vez, não recomendou uma periodização, mas sim na apresentação dos principais elementos que deveriam constituir a história nacional, bem como os principais problemas a serem resolvidos pelo historiador interessado em tal projeto. Para Martius, a história do Brasil teria que ser escrita pelo que lhe havia de mais particular, ou seja, “do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças”, a saber,

²² Grifos meus. BARBOSA, “Discurso”, p. 10-11.

²³ Grifos meus. BARBOSA, “Discurso”, p. 16-17.

²⁴ MARTIUS, “Como se deve...”.

“a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica”. Sendo o português, como era de se esperar, o “motor da história” do Brasil²⁵.

Abaixo segue uma passagem da monografia, que destaca o lugar das histórias provinciais na história do Império do Brasil, para Martius.

Sobre a forma que deve ter uma história do Brasil, seja-me permitido comunicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Elas abundam em factos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; contudo não satisfazem ainda as exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem de mais certo espirito de crônicas. [...]

Aqui se encontra grande dificuldade em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade no que diz respeito a natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e a composição da população de tão disparados elementos. [...] O autor, que dirigisse com preferência as suas vistas sobre uma destas circunstancias, corria perigo de não escrever uma historia do Brasil, mas sim uma serie de histórias especiais de cada uma das províncias. Um outro porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria o risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse e dar as suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores.

Para evitar este conflito, parece necessário que em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular com a mãe pátria, e as mais partes do mundo; e que, passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história. Procedendo assim, não se devia certamente principiar de novo em cada província; mas omitir, pelo contrario, tudo aquilo que em todas, mais ou menos, se repetiu. Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a historia das províncias de S. Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga a do Pará, e a roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do

²⁵ MARTIUS, “Como se deve...”, p. 382.

Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia.

Para um tal trabalho, segundo certas divisões gerais do Brasil, parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim, poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-lo em um verdadeiro nexó pragmático para com os acontecimentos da vizinhança. Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjunturas históricas.

[...] Elas imprimirão á sua obra um atractivo particular para os habitantes das diferentes partes do país, porque nestas diversas descrições locais, reconhecerão a sua própria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos. Desta sorte ganhará o livro em variedade e riqueza de fatos e muito especialmente em interesse para o leitor Europeu.²⁶

Podemos ressaltar alguns pontos importantes para a reflexão sobre como a história provincial deveria ser assumida pelo historiador nacional, a partir do texto de Martius. Primeiro, o autor retoma a importância das obras publicadas sobre as províncias, como faz o Januário da Cunha Barbosa, mas diz que elas são insuficientes pelo seu espírito de crônica. Segundo, enfatiza a dificuldade de se conhecer a diversidade do país, pela sua extensão territorial. Terceiro, diz dos riscos do historiador do Brasil ficar voltado para as histórias provinciais, mas também daqueles que desconsiderem sua importância. Para isso, estabelece como o historiador deve agir com relação às histórias provinciais, retirando delas o que lhe havia de mais essencial, particular, e omitindo as repetições. Por fim, defende que houvesse uma convergência das histórias provinciais numa divisão em “regiões”, para que assim os historiadores conseguissem atingir a diversidade do país. Nesse sentido, fala da necessidade do historiador percorrer o território para perceber as peculiaridades das diversas “regiões”.

Esta diversidade não é suficientemente reconhecida no Brasil, porque há poucos brasileiros que tenham visitado todo o país; por isso formam ideias muito errôneas sobre circunstâncias locais, facto este que sem dúvida alguma muito concorre para que as perturbações políticas em algumas províncias só se podiam apagar depois de longo

²⁶ Grifos meus. MARTIUS, “Como se deve...”, p. 399-401.

*tempo.*²⁷

Dito isso, podemos perceber qual a relação que as histórias províncias deveriam ter para a unidade do país.

*Só agora principia o Brasil a sentir-se como um todo unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sabia organização entre todas as províncias, relações recíprocas. Em quanto não poucas vezes acontecerá que os estrangeiros tentem semear a cizânia entre os interesses das diversas partes do país, para assim, conforme ao 'divide et impera', obter maior influência nos negócios do Estado; deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião afim de mostrar que todas as províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas.*²⁸

Assim, as histórias provinciais além de serem condições necessárias aos aspectos historiográficos da história do Brasil, também eram tema das disputas políticas para a unidade nacional. A história do Império do Brasil passaria necessariamente pelas províncias, dado a necessidade de considerá-las fazendo parte da nação. Segundo Martius, dois elementos seriam essenciais para a unidade do Estado, as relações recíprocas entre as províncias e a manutenção e defesa da Monarquia como elemento unificador, centralizador. O patriotismo seria, para Martius, o mecanismo principal para motivar a cumplicidade entre as províncias e a principal característica do trabalho do historiador.

Passemos agora, para o terceiro documento, escrito por Raimundo José da Cunha Mattos²⁹.

O Sr. Bellegarde quando fez o seu último discurso em sessão do dia 15, sustentou que se deve escrever por épocas distintas a história filosófica do Império do Brasil; e consecutivamente apontou algumas d'essas eras, ou períodos que lhe pareceram mais próprias para a organização, e arranjo de toda a obra: outros senhores

²⁷ MARTIUS, "Como se deve...", p. 400-401.

²⁸ MARTIUS, "Como se deve...", p. 402.

²⁹ MATTOS, "Dissertação acerca...".

discorreram em mesmo sentido, indicando todavia maior ou menor numero de épocas; e ultimamente o Exm. Sr. Visconde de S. Leopoldo, ferindo com mão de mestre o complexo dos argumentos, mostrou, e parece-me que muito bem, que por ora não estamos habilitados a escrever a história geral do Império do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários. – Felizmente o Exm. Sr. visconde faz honra a minha opinião, quando quer que indaquemos em primeiro lugar a história particular das províncias, para com bons materiais escrevermos a história geral do império brasileiro.³⁰

Este documento guarda uma peculiaridade, que vale menção aqui. A “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, escrita por Cunha Mattos em 1838, só foi publicada em 1863 na *RIHGB*, o que pode demonstrar as tensões sobre os projetos de se escrever a história nacional no interior do Instituto. Nessa dissertação, Cunha Mattos trata de um tema bastante caro às discussões porvindouras da historiografia brasileira do século XIX, qual seja, o sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. A periodização da história do Brasil era assunto recorrente entre os autores/ sócios do IHGB, vide os casos de Henrique Júlio de Wallenstein (1843), Capistrano de Abreu (1884) e Tristão de Alencar Araripe (1894), dentre outros textos publicados na *RIHGB*.

No entanto, o que destaco na dissertação escrita por Cunha Mattos é a sua defesa sobre o lugar que as histórias provinciais deveriam ter no projeto de história do Império do Brasil no século XIX. Cunha Mattos, de acordo com o Sr. visconde de São Leopoldo, defende que primeiro sejam levantados um número suficiente de documentos e histórias das províncias, para que só assim fosse empreendido o esforço de uma história geral do Brasil. Temos, portanto, uma postura diferenciada com relação às histórias locais. Se para o Sr. Januário da Cunha Barbosa as histórias sobre temas provinciais deveriam ser apenas consideradas pelo historiador nacional; e para von Martius, elas teriam seu lugar de importância, mas que o historiador deveria, com astúcia, retirar delas o que havia de singular e que contribuísse à história geral; para Cunha Mattos, o intuito primeiro deveria ser o de conhecer e pensar essas histórias. Enquanto para Januário Cunha Barbosa e von Martius a história geral se utilizaria dos fatos históricos já escritos sobre as provinciais, para Cunha Mattos essas histórias provinciais não eram, naquele momento, suficientes para compor a história geral do Império do Brasil. Assim, “por ora não estamos habilitados a escrever a história geral do império do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários”. Cunha Mattos, ainda concordando com o Sr. visconde de São Leopoldo, aponta que em primeiro lugar se deveriam estudar as histórias provinciais, “para com bons materiais escrevermos a historia geral do império brasileiro”.

Com isso, podemos entender um pouco do ambiente intelectual do IHGB e mais

³⁰ MATTOS, “Dissertação acerca...”, p. 122.

especificamente as menções sobre como as histórias provinciais foram pensadas por alguns membros do Instituto. Mas uma pergunta tem que ser feita. Qual a contribuição feita por intelectuais sobre as histórias provinciais? Além dos fatos comentados sobre as províncias, quais as histórias provinciais foram endereçadas ao IHGB, com a finalidade de contribuir com a história nacional? Essas são perguntas que devem motivar pesquisadores interessados na historiografia brasileira do século XIX, vinculada ao IHGB e aos projetos de história nacional. Este texto pretende apresentar um projeto de história provincial apresentado ao IHGB com a pretensão de obtenção da condição de sócio por Tristão de Alencar Araripe.

Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará

O autor

Tristão de Alencar Araripe nasceu no dia 07 de outubro de 1821, na vila de Icó, na então província do Ceará. Ele foi membro de uma das mais tradicionais famílias do sertão cearense, a família Alencar. A tradição dessa família deve-se ao seu envolvimento político na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824 – movimentos republicanos de grande magnitude, ligados também ao próprio processo de independência do Brasil.

Tristão foi filho do tenente-coronel Tristão Gonçalves e sobrinho do senador Martiniano de Alencar, portanto neto de Bárbara de Alencar, a matriarca da família, heroína do movimento republicano das províncias do Norte em 1817 e 1824. A família Alencar teve grande prestígio político no século XIX, principalmente na primeira metade deste século, sendo difícil deixar de falar de Tristão sem essa referência.

Formado em Direito em 1845, na faculdade de São Paulo, logo foi alocado aos quadros do funcionalismo público e depois da política. Essa carreira, iniciada na faculdade já era conhecida à época. Segundo José Murilo de Carvalho (2007), fazia parte da lógica da administração pública do império aproximar os seus bacharéis para assim ter garantido o preenchimento dos postos de trabalho, principalmente nas províncias. Era um percurso muito comum no segundo reinado. Tendo o bacharelado em Direito, o que se pretendia em seguida era a ocupação de uma função pública, um cargo no executivo ou no legislativo. Era assim como um cumprimento de etapas, primeiro a faculdade de Direito, depois o cargo público e logo em seguida a efetivação na vida política. Não foi diferente com Tristão de Alencar Araripe, que foi de Chefe de polícia no Ceará, Espírito Santo e Pernambuco a presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, além de deputado provincial e geral pelo Ceará³¹.

Conhecendo um pouco da formação familiar e política de Tristão de Alencar podemos chegar ao ponto central deste trabalho. Não é pretendido aqui investigar a familiar Alencar, apesar de ser uma iniciativa instigante pela exiguidade de trabalhos sobre esse assunto, principalmente sobre os nomes centrais nos movimentos de

³¹ Esses dados foram colhidos na cronologia da trajetória política de Tristão de Alencar Araripe. Ver: SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 102-103.

dezessete e vinte e quatro (Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar). O que se pretende é apresentar as principais características da produção historiográfica de Tristão de Alencar Araripe, destacando o seu projeto para a História do Ceará e a contribuição desta para a história nacional. Além do livro, outros documentos poderiam ser analisados, a fim de perceber as afinidades deste autor com a escrita da história. Seus escritos no jornal *O Cearense* poderiam render muitas outras análises, que por ora não cabem às intenções deste texto. Neles poderíamos perceber a influência da história clássica da Grécia e de Roma, bem como os seus estudos sobre a Revolução Francesa.

Destaco agora a necessidade de uma compreensão mais apurada do livro que teremos como centro das nossas discussões, *História da província do Ceará – desde os tempos primitivos até 1850*, publicado em 1867. Para isso temos de considerá-lo como a primeira tentativa sistemática de produção historiográfica sobre o Ceará. De acordo com José Honório Rodrigues:

*[...] sobressai como primeiro historiador cearense Tristão de Alencar Araripe. Primeiro em ordem cronológica, um dos primeiros na orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico.*³²

A produção de Alencar Araripe inaugura a escrita da história do Ceará, o Ceará nasce para a História na sua escrita. É um nascimento para a historiografia.

A obra

Analisando o livro *História da Província do Ceará* em sua segunda edição³³, José Aurélio Câmara faz ponderações sobre essa produção no que diz respeito ao prefácio da obra feita por Tristão e o seu conteúdo. Há um descompasso entre a obra iniciada em 1847 e o prefácio escrito por Tristão em 1862. Isso porque o autor nesse prefácio diz das suas intenções iniciais para a produção do livro.

*Quando cursava as aulas preparatórias, tive em mãos um compêndio da História do Brasil, no qual, tratando-se da proclamação da independência nas províncias do Piauí e Maranhão, dizia-se, os ‘Cearenses, como horda de vândalos, haviam invadido essas duas províncias, cometendo tropelias e latrocínios’.*³⁴

Logo em seguida diz das suas impressões:

No verdor dos anos essas expressões fizeram-me grave

³² RODRIGUES, José Honório. “A historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará”. In: _____ & RODRIGUES, Leda Boechat (orgs.). Índice anotado da *Revista do Instituto do Ceará* (do tomo I ao LXVIII). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 28.

³³ ARARIPE, *História da Província...*

³⁴ ARARIPE, *História da Província...*, p. 27.

impressão, magoando um coração juvenil, que já sentia o amor do torrão pátrio.

Desconhecedor dos fatos não podia, contudo, crer na realidade de expressões que, por semelhante forma, infamavam o nome cearense.³⁵

E do seu impulso inicial para o seu projeto:

Tomei então o propósito de oportunamente estudar os fatos ocorridos por ocasião da independência de minha província e quando ali, no exercício de um cargo de judicatura, passei os anos de 1847 a 1850 procurei revolver os documentos contemporâneos.³⁶

Mas o interesse de Tristão de Alencar Araripe com a escrita desse trabalho não era só explicar o processo de independência da província do Ceará. O que estava em jogo era a reputação da família Alencar, isso porque seu pai e seu tio foram as personagens centrais no processo de independência das províncias do Piauí e do Maranhão, além de terem se envolvido na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824:

[...] julguei dever tirar do silêncio as notas que escrevi relativas aos acontecimentos políticos, em que meu pai e meu tio figuraram na época da independência e da Confederação do Equador, publicando o trabalho como estava escrito, aguardando ocasião de o rever e corrigir, se os tempos permitirem.³⁷

O que mais chama a atenção nessa passagem acima é a indicação de Araripe a um trabalho já realizado que lhe demandaria alguma correção e publicidade. O fato é que a edição de 1867 e nenhuma outra depois dela contou com a intenção inicial de reaver ou revisar a história da família Alencar. Ainda mais que essa era uma das finalidades do livro, indicado pelo próprio autor no mesmo prefácio:

[...] 1º) mostrar que os cearenses, aceitando com entusiasmo a idéia da independência nacional, são dignos de louvor pelo importante serviço de haverem concorrido com esforço, para que em mais duas províncias essa independência fosse proclamada; 2º) mostrar que os finados tenente-coronel Tristão Gonçalves e senador José Martiniano de Alencar foram sempre guiados por intenções retas e acrisolado amor de seu país em todos os

³⁵ ARARIPE, *História da Província...*, p. 27.

³⁶ ARARIPE, *História da Província...*, p. 27.

³⁷ ARARIPE, *História da Província...*, p. 29.

Não é difícil perceber ao longo da leitura da História da Província do Ceará a falta dos fatos ocorridos no início do século XIX (1800 a 1850), principalmente por saber que seria esse o espaço de tempo mais precioso para o autor, pois foram nos eventos dessa época que houve mais destaque de sua família. A “História” de Tristão, que pretendia ir “desde os tempos primitivos até 1850”, finda em 1800. Essa falta foi diagnosticada e comentada por muitos intelectuais, como Barão de Studart e o próprio Capistrano de Abreu, como aponta Câmara no prefácio da segunda edição, em 1958, p. VIII. José Aurélio Câmara também se interrogou sobre essa “falta” na obra de Tristão. Aponta algumas possibilidades, mas não chega a uma compreensão efetiva sobre a questão.

Interessada por esse assunto, principalmente para compreender o que pode ter acontecido para haver esse descompasso entre as intenções de Tristão, colocadas no prefácio, e a obra escrita, a historiadora Ítala Byanca Morais da Silva escreveu o trabalho *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará* (2006). A abordagem da autora tentou perceber essa questão como uma escolha, não como uma falha. Para isso, o percurso traçado pela autora foi de perceber a trajetória de Tristão, sua vida e o seu lugar social. Uma estratégia acertada, pela possibilidade da visualização do lugar social que o autor estava inserido. Na conclusão de seu trabalho, Ítala Byanca aponta:

*Tristão de Alencar Araripe antes de ser um historiador era um político e um funcionário público ligado diretamente ao governo imperial. Qualquer tipo de colocação indevida sobre a Confederação do Equador ou qualquer movimento que incitasse a fragmentação do império poderia resultar na sua expulsão ou exílio desse “campo do poder”. Assim Araripe não escreveu a história do Ceará mostrando a importância da sua família, escreveu uma história atrelada aos cânones do IHGB, com temática indígena e mostrando os caminhos do povoamento e colonização do Ceará.*³⁹

E assim a questão tão comentada sobre a produção da *História da Província do Ceará* ganha outro patamar de compreensão. Restando aos leitores dessa obra e atentos a essa discussão especular sobre a possibilidade de textos não encontrados de Tristão sobre a história da família Alencar⁴⁰.

³⁸ ARARIPE, *História da Província...*, p. 29.

³⁹ SILVA, *Tristão de Alencar...*, p. 80-81.

⁴⁰ HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Defendida em março de 2012, a tese de Hruby oferece mais questões sobre a inexistência desses textos. Nela, ele afirma que Tristão escreveu sobre o assunto, ainda em 1862, e que o texto teria sido publicado no *Diário de Pernambuco*. Sendo assim, para Hruby, a tão comentada 2ª parte da *História da Província do Ceará* já teria sido escrita e publicada. Em pesquisa na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, pude confirmar a informação de Hugo Hruby. Infelizmente, pelo péssimo estado com que se encontram os microfilmes do jornal *Diário de*

Mas o que tem que ser destacado aqui é que ao escolher não tratar dos primeiros 50 anos do século XIX, Tristão se afastou das suas intenções iniciais de reaver e revisar a história da família Alencar. Ao fazer isso, a *História da Província do Ceará* ganhou contornos diferenciados, atendendo a outros propósitos: publicada em Recife, Pernambuco, não foi escrita para os cearenses, ela foi endereçada a outro público. A imediata vinculação de Tristão ao IHGB não pode ser interpretada por acaso. Apenas três anos depois da publicação da *História da Província do Ceará*, esta serviria para a candidatura de Tristão a sócio do IHGB.

Sobre a vinculação de Tristão ao projeto de escrita da história nacional pretendida pelo IHGB, temos que fazer algumas ressalvas. A primeira delas é de que não havia modelo definido sobre como deveria ser escrita a história do Brasil e das províncias. Os documentos apresentados aqui, bem como outros textos da *RIHGB* sustentam essa hipótese. Segundo, que por não haver modelos, mas sim orientações do IHGB sobre como deveria ser escrita a história no século XIX, as propostas de histórias eram rejeitadas ou aprovadas pelo Instituto. Dito isso, poderíamos, por exemplo, comparar dois projetos endereçados ao IHGB, com o intuito de contribuir com a história nacional: a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen, e a *História da Província do Ceará*, de Tristão de Alencar Araripe. Guardadas as proporções e o impacto da recepção dentro do IHGB, podemos aproximar essas obras no que diz respeito ao projeto de se escrever a história do Brasil. Mesmo a obra de Varnhagen não agradara completamente o corpo de sócios do IHGB, como nos alerta Lucia Maria Pascoal Guimarães⁴¹.

Dito isso, passemos agora às principais características da *História da Província do Ceará*, para que assim consigamos perceber como essa história pode ser aproximada das orientações com relação à escrita da história feitas pelo IHGB.

Em sua 2ª edição, datada de 1958, a *História da Província do Ceará* conta com 178 páginas, divididas em 8 capítulos. Dentre eles, os temas mais presentes são: o descobrimento e o reconhecimento do litoral, bem como da carta topográfica do território; as tribos indígenas, a conquista e o processo de aldeamento; o progresso da população e arrolamento da mesma; a administração da Capitania nos tempos coloniais; as entradas nos sertões; sesmarias e a distribuição de terras na Capitania, cultura do gado e lavoura e a opressão dos índios (aldeamentos); explorações do Ceará, missões jesuíticas, fundação da capitania, sua participação na expulsão dos franceses, ocupação holandesa; primitivos capitães-mores, governo regular, capitania subalterna, governadores de 1700 a 1799, incursões dos indígenas e guerra contra eles, contendas particulares, etc.; e estado material e moral da Capitania.

Está presente ao longo do texto de Tristão um interesse permanente em informar não somente o processo histórico, mas de apresentá-los também no seu estado presente. Pela impressão do texto em Recife – Pernambuco, circulação no Rio de Janeiro e pela doação da obra pelo autor a alguns sócios do IHGB⁴², bem como do

Pernambuco, não pude realizar um trabalho analítico mais profundo.

⁴¹ GUIMARÃES, “Debaixo da imediata...”.

⁴² É sabido que Tristão enviou em data imediatamente posterior a publicação do livro, uma cópia para Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, político influente, Barão e sócio do IHGB, que fez parte, dentre outras, das comissões de Admissão de Sócios e de Trabalhos Históricos. A resposta

interesse em compor o corpo de sócios do Instituto, podemos afirmar que Tristão apresentou a província do Ceará à corte, ao IHGB. Sua história foi um esforço em organizar os tantos documentos esquecidos e mal preservados da província e anunciá-los à historiografia, notadamente vinculada ao IHGB.

Os temas tratados na obra estão em consonância com aqueles pretendidos/defendidos pelo Instituto, sobretudo por Januário da Cunha Barbosa e Martius, com observou Ítala Byanca. Três temas absorveram quase 73% da revista, segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães⁴³: a problemática indígena, viagens e explorações científicas durante o período colonial e o debate da escrita da história regional. Sendo assim, a obra de Tristão se encaixa perfeitamente com as aspirações do Instituto para a escrita da história no século XIX.

Tristão escrevera sobre o povoamento da Capitania, bem como do estado de vida dos indígenas presentes nesse processo; das missões jesuíticas como o meio pelo qual se deveria levá-los à civilização, em consonância com a proposição de Januário da Cunha Barbosa, em artigo na RIHGB de 1840: “Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios estranhos em nossos sertões”. Nesse artigo, a história indígena se confunde com a história das missões jesuíticas. Tratou também da distribuição geográficas dessas populações, com seus usos, costumes e língua. Apresentou os limites geográficos do território, e a administração da Capitania, primeiro vinculada ao Maranhão e logo depois a Pernambuco.

Pensar na história das populações indígenas, ou das missões jesuíticas que almejavam a libertação dessa população, era pensar qual o lugar do indígena na Nação. Assim, para se contar a história do Império, portanto, estabelecer um ponto de partida para o progresso vindouro, necessitava-se pensar no passado, ou seja, nos povos indígenas, que se tornaram o seu símbolo. Explorar as missões jesuíticas era apostar na civilidade *versus* a barbárie, e na vitória da “inteligência”. Tristão se colocou contra a violência no processo de povoamento e catequese indígena. Diz que a sujeição dos indígenas se deu pelas armas e pelas missões, mas ressalva:

*Se do emprego das armas resultou o temor, o espanto e a extinção dos míseros gentios, veremos que do emprego dos meios evangélicos resultados verdadeiramente benéficos se colhiam, chamando os selváticos íncolas ao grêmio da religião e aproveitando-os para a civilização.*⁴⁴

Tristão era um iluminista, defensor da razão e da civilização. A civilidade era a sua maior defesa. Assim, nem os colonos nem os indígenas seriam dignos de compaixão. Primeiro os colonos que, ansiosos pelos bens materiais, se afastavam do ideal civilizado, pois ignoravam as estruturas políticas e institucionais existentes e faziam suas próprias leis, usando a violência; da mesma forma os indígenas, que, dispensando a catequese e o trabalho nas vilas, se afastavam da “civilidade”.

Para Tristão, não seria pela violência que chegaríamos ao progresso e à

de Homem de Melo foi publicada na RIHGB, em 1896. SILVA, *Tristão de Alencar...*; HRUBY, *O século XIX...*

⁴³ GUIMARÃES, “Nação e civilização...”, p. 20.

⁴⁴ ARARIPE, *História da Província...*, p. 55.

civilização, mas sim pela inteligência: “A fraqueza do indígena cedeu ao valor e à inteligência dos forasteiros, que das plagas ocidentais da Europa vieram fundar um grande estado no vasto solo brasileiro”⁴⁵.

Fica claro ao longo da obra que Tristão não é defensor da violência, um dos motivos, inclusive, que o levou a considerar Martim Soares de Moreno o verdadeiro “fundador” do Ceará, a despeito de Pero Coelho de Sousa, que usou da violência em suas investidas. Soares de Moreno foi o que mais se aproximou do ideal civilizado, tentando convencer os indígenas através da conversa, e não pela violência, atitude assumida por Pero Coelho. Ao se colocar nesta posição, Tristão se aproximou das orientações de Martius, considerando os colonizadores portugueses como promotores, guias da civilidade.

Por fim, a defesa de que a *História da Província do Ceará* contribuiu para a História Nacional deve ser entendida sob alguns critérios. Primeiro que Tristão era um nacionalista, um defensor da unidade do império e da constituição deste como uma Nação. Sendo assim, defendeu o amor pátrio ao longo de sua carreira profissional, tanto no serviço burocrático, político e administrativo do Estado, quando na sua atuação intelectual na área jurídica e histórica. A partir desta compreensão do amor à pátria, podemos inferir que Tristão organizou uma obra para que servisse à Nação. Sua obra seria uma oferta à Pátria, uma maneira de contribuir para a sua constituição.

O primeiro ponto que podemos ressaltar para defender esta percepção é que Tristão guardava um sentimento de pertencimento à pátria provincial. Seu amor à Província do Ceará foi uma de suas motivações para escrever a *História*. O segundo ponto diz respeito a percepção política e histórica de Tristão de que as províncias eram importantes para a Pátria, que é complementar ao “amor provincial” de Tristão, mas também estratégico pra a manutenção da unidade nacional. O terceiro ponto é que Tristão ofereceu uma história provincial sob os parâmetros das histórias nacionais em discussão no ambiente intelectual do IHGB. Tristão escreveu a *História da Província do Ceará* (1867) em consonância com os anseios do IHGB. Atendeu aos planos de Januário da Cunha Barbosa e Von Martius, e, sobretudo, próximo ao que defendeu Raimundo José da Cunha Mattos, quando indicou que ainda não se poderia escrever sobre a história do Império. Em prefácio de 1862, Tristão aponta:

Nas futuras idades se escreverá a história do Império: por ora só materiais podemos reunir; e a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais.

Nação recente, ainda falta-nos tempo para ter a verdadeira história. Somos de ontem; e os povos novos, no pensa de um insigne escritor antigo, não sabem ainda escrever a sua história.

Quando soubermos escrever, acharão os bons engenhos futuros os documentos preciosos para o artefato monumental das nossas glórias.

⁴⁵ ARARIPE, História da Província do Ceará..., p. 15.

O objetivo principal deste trabalho foi o de entender e buscar o lugar social em que estava inserido Tristão de Alencar Araripe, e deste modo tentar compreender as suas vinculações políticas e historiográficas. Só a partir da visualização dos seus vínculos familiares, depois profissionais e políticos, poderíamos entender das suas intenções em se aproximar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como também entender como se deu o arranjo do livro *História da Província do Ceará* e a sua pretensa contribuição à história nacional⁴⁶.



RESUMO

O objetivo do presente artigo é perceber como as histórias provinciais foram pensadas e (re) conhecidas por alguns dos pronunciamentos mais importantes do IHGB em relação a escrita da história nacional no século XIX. Os documentos analisados serão: “*Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”, de Januário da Cunha Barbosa, publicado na RIHGB em 1839; a monografia “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, de Karl Friederich Phillipe von Martius, escrita em 1843 e publicada na RIHGB em 1845; e a “*Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*”, de Raimundo José da Cunha Matos, escrita em 1838 e publicada na RIHGB em 1863. Pretendo também apresentar um projeto de escrita da história provincial subjugado ao IHGB, que concedeu o posto de sócio ao seu autor, o cearense Tristão de Alencar Araripe. A obra chama-se *História da Província do Ceará – desde os tempos primitivos até 1850*, publicada em 1867.

Palavras Chave: Brasil Oitocentista; Escrita da História; Tristão de Alencar Araripe.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to understand how the provincial stories have been thought and (re) known to some of the most important pronouncements of IHGB regarding the writing of national history in the nineteenth century. The documents will be analysed: “Discourse on the creation act of Historical and Geographical Brazilian Institute” by Januário da Cunha Barbosa, published in *RIHGB* in 1839; the monograph “How should write the history of Brazil”, by Karl Friederich von Martius Phillipe, written in 1843 and published in *RIHGB* in 1845; and the “Dissertation about to write the ancient and modern history of the Empire of Brazil system”, by Raimundo José da Cunha Matos, written in 1838 and published in *RIHGB* only in 1863. I intend to submit a writing project of provincial history subjugated to IHGB. The work is called *History of Ceará Province – from the earliest times until 1850*, published in 1867 by Tristão de Alencar Araripe.

Keywords: 19th Century Brazil; History Writing; Tristão de Alencar Araripe.

Artigo recebido em 07 mai. 2015.

Aprovado em 04 out. 2015.

⁴⁶ SILVA, Leandro Maciel. *Tristão de Alencar Araripe e a história da Província do Ceará: contribuição à história nacional*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.